

e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo (CCDRLVT), compreendendo a Divisão de Monitorização Ambiental e a Divisão de Laboratórios.

De 13 de Dezembro de 2004 até 6 de Fevereiro de 2006: Vice-presidente do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, tendo à sua responsabilidade o Gabinete Jurídico e de Auditoria e a Direcção de Serviços de Recursos Humanos e Financeiros, a qual abrangia a Divisão de Organização e Recursos Humanos, a Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, a Secção de Orçamento e Contabilidade, a Secção de Económico e Património, a Secção de Pessoal e a Secção de Expediente e Arquivo.

De 24 de Abril de 2003 a 16 de Julho de 2004 e de 17 de Julho de 2004 a 12 de Dezembro de 2004: Assessora, equiparada a adjunta, do Ministro da Administração Interna dos XV e XVI Governos Constitucionais, requisitada à Inspeção-Geral de Finanças, com efeitos a 24 de Abril de 2003 e 17 de Julho de 2004, respectivamente. Nesse âmbito, exerceu funções junto do Comando da Guarda Nacional Republicana.

De Março de 1996 a Abril de 2003: Inspectora de Finanças do quadro da Inspeção-Geral de Finanças, nomeada definitivamente em 14 de Julho de 1997, após conclusão com aproveitamento do respectivo estágio probatório iniciado em 20 de Março de 1996. Desenvolveu actividade na Área do Controlo da Gestão Pública (ex-Inspeção de Serviços Públicos), participando na realização de trabalhos de diversa tipologia em organismos públicos, visando o controlo nos domínios orçamental, económico, financeiro e patrimonial, de acordo com os princípios da legalidade, da regularidade e da boa gestão financeira. Dos trabalhos realizados, destaca-se a auditoria temática sobre o consumo de medicamentos nos hospitais e a auditoria à Intervenção Operacional da Saúde.

De Outubro de 1992 a Março de 1996: Advogada. Consultora da Fundação Luís António Verney.

### III — Actividade docente:

De 2007 a 2011 — Docente responsável pela disciplina de Direito e Protecção Civil, integrada na licenciatura em Engenharia de Protecção Civil, ministrada pelo Instituto Superior de Educação e Ciências (ISEC).

### IV — Formação profissional:

Monitora de diversas acções de formação sobre contratação pública, na Inspeção-Geral de Finanças, na Inspeção-Geral de Auditoria e Gestão, na SFN — Sociedade de Formação e Consultoria, L.ª, e no Departamento Geral de Administração do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

Participação como formanda e conclusão com aproveitamento de diversos cursos e acções de formação nas áreas do planeamento, avaliação, orçamentação e contratação de recursos humanos (SIADAP, LVCR, QUAR e procedimentos concursais), do QREN, do novo regime da contratação pública (Código dos Contratos Públicos), da operacionalização do Estatuto do Pessoal Dirigente, da sustentabilidade regional e de formação pedagógica de formadores (1998), certificada pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional (mantém-se em vigor por força do artigo 1.º da Portaria n.º 994/2010, de 29 de Setembro).

Curso «*Legal Advisers Induction Course*», promovido pelo Conselho da União Europeia, em Bruxelas, de 24 a 25 de Outubro de 2005.

## ANEXO III

### Nota curricular de Sara Lourenço Fernandes Duarte

Data de nascimento: 17 de Agosto de 1975.

#### I — Percurso académico:

Licenciatura em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2000.

Curso de Direito da Função Pública, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2001.

Pós-graduação de especialização em Direito da Bioética, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2002.

Curso sobre a Reforma do Contencioso Administrativo, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2003.

Pós-graduação de especialização em Ciências Jurídico-Administrativas, pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2003.

Pós-graduação de especialização em Contencioso Administrativo, pela Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa, em 2004.

Curso pós-graduado em Direito dos Contratos Públicos, pelo Instituto de Ciências Jurídico-Políticas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 2007.

#### II — Actividade profissional:

Consultora jurídica, nas seguintes áreas de actuação: direito da saúde e da bioética; direito administrativo; direito da função pública; direito farmacêutico e contratação pública, entre 2000 e 2008; Advogada estagiária da sociedade Madeira de Brito, Sá e Cunha, Parente Esteves e Filipa Névoa Associados (2000-2001) e da sociedade de advogados Barrocas e Alves Pereira (2001-2002); Advogada associada da sociedade Barrocas Sarmiento Neves, RL, entre 2003 e 2008; Assessora jurídica do Departamento de Conservação de Edifícios e Obras Diversas da Câmara Municipal de Lisboa, entre 2002 e 2004; Formadora do Centro de Estudos de Formação Autárquica, nas disciplinas de Organização do Estado e da Administração e de Procedimento Administrativo e Defesa dos Administrados, entre 2002 e 2005; Assessora jurídica do conselho de administração do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., desde Novembro de 2008; Directora do Serviço de Gestão de Compras do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., desde Fevereiro de 2009; Administradora do Centro Hospitalar Lisboa Norte, E. P. E., desde 1 de Fevereiro 2010; Docente na Universidade Atlântica, na disciplina de Direito da Saúde, desde 2008.

15202011

## Gabinete do Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares

### Despacho n.º 10587/2011

1 — Nos termos do disposto no n.º 7 do artigo 3.º e no n.º 2 do artigo 8.º da Lei Orgânica do XIX Governo Constitucional, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 86-A/2011, de 12 de Julho, e no uso dos poderes que me foram delegados pelo Primeiro-Ministro através do despacho n.º 9163/2011, de 15 de Julho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 138, de 20 de Julho de 2011, subdelego no Secretário de Estado do Desporto e Juventude, mestre Alexandre Miguel Cavaco Picanço Mestre, com faculdade de subdelegação, os poderes relativos aos seguintes serviços:

- a) Instituto Português da Juventude, I. P.;
- b) Instituto do Desporto de Portugal, I. P.

2 — Mais subdelego as competências que me estão legalmente conferidas relativamente ao Conselho Consultivo da Juventude, ao Conselho Nacional do Desporto e à Autoridade Antidopagem de Portugal, bem como os demais poderes que assegurem a transversalidade das políticas relativas às áreas da juventude e do desporto em todas as áreas de intervenção política.

3 — Subdelego, também, os poderes que me estão legalmente conferidos relativamente às entidades do sector empresarial do Estado no domínio do desporto.

4 — Subdelego, ainda, os poderes relativos à declaração de atribuição, cessação de efeitos e cancelamento do estatuto de utilidade pública desportiva, nos termos do Decreto-Lei n.º 248-B/2008, de 31 de Dezembro, designadamente nos artigos 10.º e seguintes.

5 — Para efeitos de aplicação dos regimes jurídicos das despesas públicas e da contratação pública, a subdelegação de competências mencionada no n.º 1 abrange a autorização para a realização de despesas e respectivos pagamentos até aos montantes referidos na alínea c) do n.º 1 e na alínea c) do n.º 3 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 197/99, de 8 de Junho, bem como a competência para a decisão de contratar e as demais competências atribuídas ao órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 3 do artigo 109.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro.

6 — Mais delego, com faculdade de subdelegar, a competência para a prática de actos necessários à adopção de medidas de gestão no âmbito das intervenções do desporto, do Quadro de Referência Estratégico Nacional — QREN.

7 — O presente despacho produz efeitos desde 28 de Junho de 2011, ficando ratificados todos os actos praticados desde essa data no âmbito dos poderes delegados.

18 de Agosto de 2011. — O Ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, *Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas*.

15322011

## Gabinete da Subsecretária de Estado Adjunta do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros

### Despacho n.º 10588/2011

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 do artigo 2.º e 1 e 4 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 262/88, de 23 de Julho, nomeio, em comissão de

serviço, Maria Alexandra Drago de Sousa Uva para exercer o cargo de secretária pessoal do meu Gabinete, sendo para o efeito requisitada ao partido político CDS-PP.

A presente nomeação produz efeitos a 1 de Julho de 2011.

16 de Agosto de 2011. — A Subsecretária de Estado Adjunta do Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Vânia Carvalho Dias da Silva de Antas de Barros*.

15232011

## Inspeção-Geral das Actividades Culturais

### Despacho (extracto) n.º 10589/2011

Por meu despacho de 12 de Julho de 2011 foi determinada a anulação do concurso interno de acesso para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, da categoria de técnico de informática, grau 2, nível 1 da carreira de técnico de informática aberto pelo Aviso n.º 9917/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de Maio.

13 de Julho de 2011. — O Inspector-Geral, *Luís Silveira Botelho*.  
205040754

### Despacho (extracto) n.º 10590/2011

Por meu despacho de 15 de Julho de 2011 foi determinada a anulação do concurso interno de acesso para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, tendo em vista o preenchimento de um posto de trabalho, da categoria de técnico de informática, grau 2, nível 1 da carreira de técnico de informática aberto pelo Aviso n.º 9916/2011, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, de 2 de Maio.

18 de Julho de 2011. — O Inspector-Geral, *Luís Silveira Botelho*.  
205040827

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

### Despacho n.º 10591/2011

1 — Nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 5 do artigo 19.º do estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, aprovado pela Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pelas Leis n.ºs 51/2005, de 30 de Agosto, 64-A/2008, de 31 de Dezembro, e 3-B/2010, de 28 de Abril, conjugado com o disposto no artigo 3.º da orgânica da Direcção-Geral do Tesouro e Finanças, aprovada pelo Decreto Regulamentar n.º 21/2007, de 29 de Março, e alterada pelo Decreto-Lei n.º 273/2007, de 30 de Julho, é nomeada para exercer o cargo de director-geral do Tesouro e Finanças, em comissão de serviço, a licenciada Elsa Maria Roncon Santos.

2 — A presente nomeação é fundamentada na reconhecida aptidão e experiência profissional da nomeada, demonstrada pelo respectivo currículo, publicado em anexo ao presente despacho, do qual faz parte integrante.

3 — A nomeada opta pela remuneração do lugar de origem no quadro da Rede Ferroviária Nacional — REFER, E. P. E.

4 — O presente despacho produz efeitos a partir de 16 de Agosto de 2011.

11 de Agosto de 2011. — O Primeiro-Ministro, *Pedro Passos Coelho*. — O Ministro de Estado e das Finanças, *Vitor Louçã Rabaça Gaspar*.

### ANEXO

#### Nota curricular de Elsa Roncon Santos

Dados biográficos:

Nome — Elsa Maria Roncon Santos;  
Data de nascimento — 10 de Março de 1951.

Habilitações académicas:

Licenciatura em Economia pelo Instituto Superior de Economia de Lisboa, da Universidade Técnica de Lisboa;  
Curso de pós-graduação do Instituto Gulbenkian de Ciência.

Experiência profissional:

Desde Julho de 2010 — presidente dos conselhos fiscais da EMEF — Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S. A., e da CP Carga — Logística e Transportes Ferroviários de Mercadorias, S. A.;

Desde Julho de 2008 — assessora do conselho de administração e, desde Novembro de 2009, presidente da comissão de ética da CP — Comboios de Portugal, E. P. E.;

De Fevereiro de 2005 a Abril de 2008 — presidente da comissão executiva da FERNAVE — Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, S. A.; presidente do conselho de administração da Ecosaúde, S. A.; presidente do conselho de gerência da PACTOGEST, L.ª, e vogal da SESI, S. A., em representação da accionista FERNAVE;

De Janeiro de 2003 a Fevereiro de 2005 — presidente do conselho de administração e presidente da comissão executiva da FERNAVE, S. A.; presidente do conselho de administração da Ecosaúde, S. A.; presidente do conselho de gerência da PACTOGEST, L.ª, e vogal da SESI, S. A., em representação da accionista FERNAVE;

De Outubro de 2002 a Dezembro de 2002 — assessora do conselho de administração da IPE, S. A.;

De Julho de 2001 a Outubro de 2002 — vogal do conselho de administração da REFER — Rede Ferroviária Nacional, E. P., com os pelouros financeiro, de aprovisionamentos e de auditoria; presidente do conselho de administração da GIL — Gare Intermodal de Lisboa, S. A.;

De Abril de 2000 a Julho de 2001 — chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento do XIV Governo Constitucional;

De Dezembro de 1996 a Março de 2000 — vogal do conselho de gerência da CP — Caminhos-de-Ferro Portugueses, E. P., com os pelouros financeiro, sistemas de informação e auditoria interna; vogal do conselho de administração da EMEF — S. A., e vogal do conselho de administração da CPCOM, S. A.;

De Maio de 1996 a Dezembro de 1996 — representante do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território na comissão organizadora da Entidade Gestora das Infra-estruturas Ferroviárias;

De Agosto de 1994 a Fevereiro de 1996 — vogal do conselho de gerência do Metropolitano de Lisboa, E. P., com os pelouros financeiro, de aprovisionamentos e de planeamento; vogal do conselho de administração do ASSER — A. C. E., e presidente do conselho fiscal da FERNAVE, S. A.;

De Dezembro de 1993 a Junho de 1994 — chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e das Finanças do XII Governo Constitucional; vogal do conselho fiscal do MARL, S. A.; vogal do conselho fiscal da SI — Sistemas de Informática, S. A. (empresa do grupo Caixa Geral de Depósitos);

1991-1993 — chefe do Gabinete do Secretário de Estado Adjunto e do Comércio do XII Governo Constitucional; presidente do conselho fiscal da Valmet até Setembro de 1993, data em que a accionista IPE, S. A., alienou a sua participação;

1989-1991 — IPE, S. A. — técnica da Direcção de Investimentos e Desenvolvimento, competindo-lhe a negociação de projectos de investimento estrangeiro de natureza contratual; presidente do conselho fiscal da Valmet Tractor, S. A. (em representação da IPE, S. A.), e administradora executiva da SOSET — Sociedade de Desenvolvimento Regional da Península de Setúbal, S. A.;

1988-1989 — chefe do Gabinete do Secretário de Estado da Indústria do XII Governo Constitucional;

1987-1988 — IPE, S. A. — técnica da Direcção de Investimentos e Desenvolvimento, competindo-lhe a negociação de projectos de investimento estrangeiro de natureza contratual;

1978-1987 — Instituto de Investimento Estrangeiro, onde desempenhou funções como técnica do Gabinete de Estudos e Planeamento e posteriormente adjunta da direcção do Departamento de Promoção;

1976-1978 — Conselho Nacional de Rendimentos e Preços, com as funções de secretário do Conselho.

Cursos e seminários:

World Electronics Industry — The USA, Japan and Europe;  
Competition or collaboration (Londres);  
Arab-Hellenic Congress for Economic Cooperation (Atenas);  
Promotion and Protection of Foreign Investment in Developing Countries (St. Gallen, Suíça);  
Marketing Strategies in a Rapidly Changing World Economy (Londres);

Seminários e conferências organizados pelo Euromoney e pelo BEI, entre outros, com incidência nas questões do financiamento na área dos transportes e, nomeadamente, em operações de *leasing finance*, securitização e outras.

Outras actividades:

Sócia fundadora da APEC — Associação Portuguesa de Economistas;  
Membro da Ordem dos Economistas, colégio especialidade: economia e gestão empresariais;